

# Resgate teórico sobre o vocábulo “preto” em língua portuguesa em suas diferentes conotações lingüísticas

Patrícia Helena de Freitas\*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

## Índice

1	Problematização	2
2	Ambigüidade polissêmica e homônima	2
3	Metáfora	8
4	Proposta de análise: o vocábulo “preto”	9
5	Considerações finais	12
6	Referencial bibliográfico	12

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral expor os fenômenos da metáfora e da ambigüidade em língua portuguesa, especialmente a lexical, a qual manifesta-se ora como polissemia, ora como homonímia. Mediante uma breve revisão a alguns autores, pretende-se discutir as diferentes conotações lingüísticas que o vocábulo “preto” poderia veicular enquanto termo gerador de uma interpretação ambígua e metafórica. Essa discussão parte da definição do vocábulo extraída do dicionário Aurélio da Lín-

\*Sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Roselene de Fátima Coito – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Cascavel PR – Programa de Mestrado em Letras – Área de Concentração: Linguagem e Sociedade. E-mail: aicirtap\_7@hotmail.com.br

gua Portuguesa (2004), do dicionário etimológico Geraldo Antonio da Cunha (1982), do dicionário Latino Ernesto Faria (1962) e de alguns exemplos que estariam propondo o compartilhamento de um traço semântico “básico”, comum a praticamente qualquer ocorrência do vocábulo em questão.

## Introdução

À medida que um significado novo é dado a uma palavra, parece crescer o número de novos exemplares, semelhantes na forma, mas diferentes quanto ao conteúdo. A este fenômeno comumente dá-se o nome de ambigüidade e / ou metáfora. O fenômeno da ambigüidade é comum a todas as línguas naturais, que, diante de constantes transformações, têm seu acervo lexical reconstruído sócio e historicamente. O que se percebe, mais precisamente quanto à polissemia (uma das manifestações oriundas da ambigüidade), é que palavras polissêmicas possuem uma forte carga informacional e que quanto mais um termo acumula significados, mais se deve supor que ele expressa aspectos representativos das atividades intelectuais e sociais humanas. No entanto, identificar e

rotular uma palavra como polissêmica nem sempre é uma tarefa simples.

Quando se fala em polissemia imediatamente faz-se referência também à homonímia. A distinção entre esses dois fenômenos tem sido um assunto amplamente discutido entre os lingüistas e parece constituir um problema “insolúvel” para a lingüística. Para falantes fluentes e/ou nativos de uma língua, a polissemia e a homonímia não chegam a constituir um problema para a comunicação; ao contrário, percebe-se que, intuitivamente, os usuários da língua conseguem lidar facilmente com palavras polissêmicas e homônimas. Embora não constituam um problema para o uso da língua, retoma-se neste artigo uma breve discussão teórica sobre a distinção entre estes conceitos, bem como o uso metafórico da linguagem, uma vez se verifica que a metáfora é capaz de gerar ambigüidades.

O conceito tradicional de metáfora remete às figuras de linguagem. A metáfora, como outras figuras, era concebida como um recurso lingüístico com motivação fundamentalmente poética ou retórica. O sentido “literal” de uma palavra seria “desviado” para que um determinado significado fosse alcançado. No entanto, alguns lingüistas nas últimas décadas, (tais como Lakoff e Johnson, 2002), redefiniram a metáfora a partir de uma abordagem sistemática e estruturada. Dir-se-ia que a essência da tradicional definição aristotélica manteve-se, embora não se considere mais que a metáfora seja apenas uma figura de linguagem.

Preende-se, neste artigo, discutir os diferentes usos lingüísticos do vocábulo “preto” em língua portuguesa enquanto termo gerador de interpretações ambíguas e metafóricas, uma vez que a sua freqüente ocorrência

em diversos contextos, parece revelar que se trata de uma palavra extremamente representativa.

## 1 Problematização

Convencionalmente, denomina-se ambigüidade lexical o fenômeno em que uma mesma palavra assume mais de um significado, e como metáfora, uma palavra que é usada num sentido abstrato a um sentido concreto e que geralmente lembra aquilo que a mesma se refere (Halliday, 1995).

Percebe-se que ambos os conceitos que descrevem a ambigüidade e a metáfora compartilham traços comuns, e talvez o mais relevante deles seja a capacidade de tomar uma palavra ou uma expressão lingüística que, literalmente possui um determinado significado e a partir dele atribuir-lhe novas conotações.

A proposta deste trabalho será expor, por meio de uma investigação teórica, as diferentes abordagens que discutem o fenômeno da ambigüidade e a dificuldade em distinguir a polissemia da homonímia, bem como a manifestação do recurso metafórico, aplicadas ao vocábulo “preto”, objeto dessa discussão.

## 2 Ambigüidade polissêmica e homônima

Segundo Ullmann (1964) a ambigüidade lexical é um dos fatores mais importantes entre os fatores de ambigüidade presentes em uma língua<sup>31</sup>, podendo manifestar-se de duas formas diferentes: como polissemia e como

<sup>31</sup> Nesse universo, conta-se ainda com a ambigüidade estrutural e sintática (ver Ullmann 1964 *Introdução à semântica*).

homonímia. No entanto, a distinção entre polissemia de homonímia tem sido um problema praticamente não resolvido para a lingüística, devido à complexidade do fenómeno da ambigüidade e do ponto de vista, muitas vezes, intuitivo de quem as classifica.

Quando uma frase ou uma palavra gera mais de uma interpretação semântica ou sintática, ela é considerada ambígua. Para Ullmann (1964) lingüisticamente, existem três principais tipos de ambigüidade: fonética, gramatical e lexical. A ambigüidade fonética resulta da estrutura fonética das frases que contém um dos elementos dos pares como:

1.
  - (a) agosto [oitavo mês do ano]
  - (b) a gosto [locução adverbial que significa “à vontade”]

A ambigüidade gramatical, por sua vez, pode ser originada por um morfema que possui mais de um significado (em 2) ou pela estrutura sintática da frase:

2.
  - (a) gerar – **de**generar (derivação inversa)
  - (b) nominar – **den**ominar (não tem a ver com negação)

3.
  - O presidente falou aos alunos do Chile.

A ambigüidade gerada pela estrutura sintática em 3 (considerada por Ullmann como um caso de ambigüidade gramatical) evidencia a possibilidade de haver três diferentes conotações: 1) O presidente estava no Chile. 2) Os alunos são chilenos. 3) O presidente falou sobre o Chile. Segundo Chercia (2003)

[grifos do autor] através da polissemia, em muitos discursos, - seja ela manifestada pelas palavras que tenham conotação polissêmica, seja pelo contexto discursivo que a converte nisso – é possível obter distintas interpretações das informações. Chercia apresenta como exemplo as seguintes sentenças:

4.
  - (a) Yoko Ono falará de seu marido que foi morto em uma entrevista com Jô Soares.
  - (b) O preço para a esterilização de um cachorro é cinquenta reais. Para cachorros de aposentados que ainda não foram esterilizados o preço é trinta centavos.
  - (c) O programa desta noite abordará os problemas de estresse e do casamento com Hebe Camargo. (2003: 63)

Em 4 (a) pode-se observar que, mesmo com expressões não polissêmicas, o enunciado pode ser interpretado como: 1) Yoko Ono falará a Jô Soares sobre seu marido, que foi morto e 2) Yoko Ono falará sobre seu marido, que foi morto durante uma entrevista que concedia a Jô Soares. Já em 4(b) é possível interpretar: 1) que os cachorros não esterilizados que têm donos aposentados podem ser esterilizados a trinta centavos e 2) que os donos aposentados e não esterilizados de cachorros podem esterilizar seus animais por trinta centavos. Na sentença 4 (c) as distintas compreensões dizem que: 1) o programa discutirá com Hebe Camargo questões que envolvem estresse e casamento e 2) o programa irá discutir estresse e problemas que enfrenta quem se casa com Hebe Camargo.

No entanto, ambigüidades desse tipo podem ser desfeitas ou pelo contexto ou pela entonação da frase em um discurso. Por ex.,

supõe-se que o interlocutor da mensagem expressa pela sentença (c) saiba quem foi o marido da Yoko Ono e tenha conhecimento de que sua morte não tem nenhuma relação com o apresentador Jô Soares, a ambigüidade poderia passar despercebida. Ou se por ex., na entonação do discurso em (c) o nome Hebe Camargo fosse pronunciado após uma leve pausa, talvez também não se notaria ambigüidade.

Segundo Katz e Fodor (1963), um falante de uma língua natural seria capaz de detectar mais de um significado em uma sentença que apresenta uma única descrição estrutural quando ela for ambígua, determinando assim, o número de leituras de uma sentença. A ambigüidade léxica, em contrapartida, é um fenômeno provavelmente bem mais complexo, a começar pela distinção entre polissemia e homonímia, as duas formas que podem ser assumidas pela ambigüidade lexical. A polissemia, segundo Ullmann (1964), se dá quando um dado item lexical adquire um maior número de sentidos ao longo do tempo. Para o autor, as ramificações do significado de uma palavra podem ocorrer do uso combinado com outras palavras que a acompanham, mas sempre mantendo um conteúdo comum.

Barbosa (1996), igualmente, observa que uma palavra é polissêmica quando, mesmo assumindo uma outra conotação, a unidade de significado básica é preservada (a unidade garantida pelo núcleo semico comum aos múltiplos setores de semas). Esse núcleo comum é o que permite que o falante identifique um único signo lingüístico em suas diferentes realizações. Para Ullmann (1964) a polissemia pode conduzir à ambigüidade em três diferentes situações: no contato entre as línguas, ocasionada pelo empréstimo semân-

tico de uma língua estrangeira; no uso técnico e científico, i.e., na reutilização de termos implicando a ele novas definições; e na fala vulgar, quando uma palavra produz dois ou mais sentidos em um mesmo contexto. Ainda Ullmann (1964), a polissemia poderia ser explicada pelas seguintes procedências:

(i) Mudanças de aplicação, ou seja, um dado item lexical adquire maior número de sentidos graças ao deslocamento de emprego que ele abarca num determinado período de uso. Ex. o adjetivo *quente* em: 1) Este feijão está quente; 2) Ela é uma menina quente.

Onde o adjetivo em 1 expressaria o sentido literal do termo (em que há calor; de elevada temperatura) e em 2 tomado secundariamente como sensual, entusiástico, o que de certa forma, estaria retomando seu significado primário.

(ii) Especialização em um meio social, i.e., as palavras adquirem diversos significados dependendo do seu campo de atuação. Ex. o substantivo *guia* em: 1) Você conhece algum guia? 2) Ele preencheu a guia adequadamente.

Onde *guia* em 1 significa o profissional que conduz, que chefia um grupo de pessoas numa excursão, numa empresa, e em 2, um formulário que acompanha por ex. os procedimentos médicos solicitados por um especialista. Neste caso, mesmo possuindo um significado que depende do campo profissional, há como se estabelecer um vínculo entre os dois casos: o formulário preenchido pelo médico conduzirá por ex., a um tratamento ou um diagnóstico, lembrando a definição do termo *guia* enquanto líder, chefe.

(iii) Homônimos reinterpretados. Quando duas palavras são idênticas fonologicamente e a diferença de significado não é muito grande, existe uma certa tendência a considerá-las polissêmicas. Segundo o autor, essas duas palavras seriam homônimas, já que suas origens seriam diferentes, mas os falantes desconheciam tal fato e seriam capazes de estabelecer relações de significado entre elas. Esses casos, conforme observa o próprio autor, são raros e imprecisos.

O termo “emérito”, por ex., possui em sua etimologia um sentido que atribui sabedoria ou especialização em determinada área a alguém, e atualmente é empregado com uma conotação parecida, embora não seja a mesma. Diz-se “emérito” de uma pessoa que ocupa um cargo qualquer, mas isto não quer dizer que esta seja uma pessoa sábia, insigne.

(iv) Linguagem figurada. Quando uma palavra adquire um ou mais sentidos figurados sem que haja perda do seu significado original. Ex. o substantivo pimenta: 1) Eu não posso comer pimenta. 2) Ela ficou uma pimenta de raiva.

Onde *pimenta* em 1 expressa o sentido primário do termo (legume de sabor forte, picante, cuja coloração pode ser vermelha) e em 2 um sentido figurado que também, de certa forma, relaciona-se com o significado primário. Entende-se que *Ficar uma pimenta de raiva* significa ficar nervoso, enraivecido, o que, como se sabe, faz com que por ex., uma pessoa fique com a coloração da face mais rosada do que o comum (lembrando o

vermelho da pimenta), faz com que sua pressão arterial se altere, provocando aumento da temperatura etc.

(v) Influência estrangeira, em que há mudança de sentido de uma palavra já existente num sistema lingüístico por importação de significado de uma palavra estrangeira. Há uma tendência à coexistência dos dois significados, o novo e o antigo. Seria o caso, por ex., do termo “performance” que significa desempenho, mas também usado, possivelmente por influência do inglês, como representação artística.

Em relação à homonímia, Lyons (1977) aponta que palavras homônimas possuem o mesmo lexema diferindo completamente nos seus significados, assim como Biderman (1978), que afirma que homônimos são palavras que têm formas idênticas, mas que expressam conteúdos distintos. Para Biderman, existem três tipos de itens homônimos:

(i) Homônimos léxicos: que se incluem em uma classe sintática e possuem significados diferentes: **canto1** (s.m. ângulo, esquina) X **canto2** (s.m. som, música vocal);

(ii) Homônimos sintáticos: que pertencem a classes sintáticas diferentes: **canto1** (s.m. – ângulo, esquina) X **canto3** (1a pessoa singular do presente do indicativo do verbo cantar);

(iii) Homônimos morfológicos: que pertencem à mesma classe sintática e se referem a categorias gramaticais diversas: nós **amamos1** (V. presente indicativo) X nós **amamos2** (V. pretérito perfeito).

Silva (1989) igualmente, explica que a homonímia consiste num mesmo significante que pode significar simultaneamente dois ou mais significados entre os quais não existe qualquer relação de significação estabelecida. Neste caso, não se pode falar de uma palavra com vários significados, mas de várias palavras homônimas com o mesmo significante. Dir-se-ia, nesse caso, tratar-se de um acidente lingüístico, em que duas ou mais formas de sentidos diferentes coincidem em sua estrutura fonológica (Lobato, 1977).

No entanto, a noção de homonímia pode inevitavelmente trazer alguns problemas. Questionam-se se os significados de um mesmo significante podem ser realmente distintos entre si. Tal distinção é normalmente estabelecida, sob dois diferentes pontos de vista: no primeiro têm-se duas palavras distintas quando pertencem a classes gramaticais diferentes, por ex., *encontro* (substantivo) e *encontro* (verbo no presente na primeira pessoa do indicativo) e, no segundo, tem-se a distinção etimológica, i.e., diacronicamente, uma mesma forma com duas origens diferentes, como *pena = de ave* e *pena = castigo, punição*.

O problema etimológico chega a ser um consenso entre os lingüistas, que alegam a imprecisão em delinear histórica e socialmente todas as palavras, que muito provavelmente são homônimas.

## 2.1 O problema em caracterizar a polissemia e a homonímia

Werner (1982) estabelece alguns critérios que, segundo ele, seriam capazes de distinguir a polissemia e a homonímia:

(i) O critério Etimológico: segundo o autor, existe polissemia quando distintos conteúdos correspondem a significantes iguais, desde que, de um ponto de vista diacrônico, tenham uma origem idêntica. Seria um caso de homonímia quando dois conteúdos diferentes correspondem a significantes iguais, desde que, diacronicamente, tenham origens diferentes.

(ii) A Consciência Lingüística dos usuários: existe polissemia quando um falante reconhece uma relação entre os diferentes conteúdos que correspondem a um único item. Quando o falante não estabelece nenhuma relação entre os diferentes conteúdos de uma única forma, reconhece-se um caso homônimo.

Muitos autores, no entanto, criticam ambos os métodos propostos por Werner (1982). Segundo Lyons (1977) o critério etimológico, embora seja razoável, nem sempre pode ser considerado um método confiável, muito menos decisivo (In: Bidarra, 2004). O primeiro problema remonta a incerteza quanto à derivação histórica das palavras.

Embora se possa detectar, num dado período, que as palavras tiveram uma mesma origem histórica – portanto em princípio um caso exemplar de *polissemia*, ainda assim elas podem vir a ser consideradas, num momento seguinte, como palavras homônimas. (Bidarra, 2004:30)

Para Lyons (1977) a análise diacrônica pouco contribui para que se esclareça como as palavras são usadas em épocas históricas

distantes, uma vez que não há base de sustentação empírica que justifique este critério. Parece, a propósito, que para os falantes nativos este critério não expressa muita ou nenhuma relevância. Segundo Bidarra (2004) nenhum falante nativo precisa de fato conhecer a origem histórica de uma palavra para usá-la adequadamente.

Há também uma série de críticas quanto à credibilidade de avaliação através do critério intuitivo partindo da consciência lingüística do próprio falante. Esse método consiste em uma lista de critérios que os próprios falantes usariam para decidir quando dois significados estariam ou não relacionados entre si. No entanto, os resultados obtidos com esse tipo de avaliação revelam que há entre os falantes da mesma língua opiniões divergentes sobre as associações de uma mesma palavra; enquanto um grupo de pessoas afirma haver uma relação entre uma palavra e dois significados, outros dirão que desconhecem tal fato.

Silva (1989) propõe a análise sêmica como critério de distinção entre polissemia e homonímia. No entanto, tal procedimento é em partes, inclusive para o próprio autor, insustentável. Para tanto, haveria uma distinção de semas genéricos e semas específicos, como por e., justificaria-se que *vela* de barco e *vela* de cera seriam polissêmicas porque compartilham uma característica genérica, (as duas são objetos físicos inanimados e servem como orientação), uma interpretação altamente subjetiva. Para este autor, a diferença entre polissemia e homonímia depende somente da existência ou não de semas específicos.

Constata-se, sumariamente que, para definir homonímia e polissemia, a maioria dos autores oscila entre critérios diacrônicos,

divergência semântica, critérios sintáticos e morfológicos. No entanto, para a lingüística sincrônica, esses critérios são imprecisos, e poder-se-ia dizer, praticamente irrelevantes. Por ex., mesmo que duas palavras estejam relacionadas historicamente quanto aos seus significados, sincronicamente o usuário dificilmente consegue estabelecer relação entre elas se ele não “perceber” que os significados estão de certa forma relacionados. Tomando um exemplo de Lyons <sup>42</sup>, que ilustra etimologicamente que a palavra *bank* seria homônima e *neck* polissêmica:

5.

(a) **bank1** [margem de rio]

(b) **bank2** [instituição financeira]

6.

(a) **neck1** [pescoço]

(b) **neck2** [gargalo]

O que se nota, pelo menos intuitivamente, é que o falante não precisa saber se *neck 1* e *2* estão historicamente relacionadas para reconhecer que estas duas entradas compartilham o mesmo conteúdo semântico. Lyons (1977), por outro lado, considera importante a relação entre significados de um item lexical como critério distintivo; os vários significados de um item polissêmico estão relacionados entre si, ao passo que se não houver nenhuma relação entre os significados, o item lexical deve ser considerado homônimo. Ele acrescenta, entretanto, que este é um critério difícil de ser aplicado e sugere que a única

<sup>24</sup> Lyons afirma que um dos principais critérios para a distinção entre polissemia e homonímia seria o etimológico, no entanto, ele mesmo reconhece-o como falho e impreciso (1977).

forma de resolver o problema entre polissemia e homonímia é abandonando os critérios semânticos, contanto apenas com os sintáticos e morfológicos.

Grande parte dos lingüistas, entretanto, não é a favor de uma solução tão radical como esta, mas segundo Lyons, esta seria pelo menos a forma mais “teórica” e sustentável de se distinguir os dois fenômenos: “Talvez devêssemos nos contentar com o fato de que o problema da distinção entre homonímia e polissemia seja, em princípio, insolúvel”.(Lyons, 1987).

### 3 Metáfora

A metáfora, desde Aristóteles, foi tradicionalmente tratada apenas como figura de retórica ou de linguagem poeticamente motivada, isto é, tão somente um mero ornamento lingüístico. A metáfora era então, particularmente reservada ao uso poético. No entanto, o “falar metafórico” está constantemente presente na linguagem cotidiana, no falar comum.

7.

(a) O Ronaldinho tem **fome de bola**.

(b) Ela é tão **apetitosa** que deixa todo mundo com **água na boca**.

Expressões como estas, freqüentes na linguagem cotidiana, ilustram que o perfil das metáforas há muito tempo deixou de ser poético e que seu uso não é (se é que um dia foi) mais reservado à literatura.

A partir de 1970, a lingüística passou a se interessar por ela porque percebeu que a linguagem, especialmente a cotidiana, é um lugar comum repleto de metáforas. Essa percepção levou diversos estudiosos a desenvolverem pesquisas inéditas até então, como

a teoria conceitual de Lakoff e Johnson (1980)<sup>53</sup>. Para eles metáfora é primeiramente matéria do pensamento de ação e apenas secundariamente um assunto de linguagem. A metáfora estaria situada no nível conceitual ou cognitivo, deixando de ser uma figura de linguagem para ser uma figura de pensamento<sup>64</sup>. Como figura de pensamento Lakoff e Johnson entendem que são um processo através do qual experiências são elaboradas cognitivamente a partir de outras já existentes no nível conceitual. Deste modo, haveria uma superposição de um conceito já incorporado e lingüisticamente determinado a uma experiência a ser “mapeada” pelo pensamento e pela linguagem. Por ex. a sentença 5 (a) expressaria que “fome de bola” remete à “fome” no sentido de desejo, já concebido pela mente humana. Em 5 (b) “água na boca” também concebido como “fome” e como “fome”, “desejo”, interpreta-se que a sensação em ver uma menina bonita lembre o desejo que uma comida apetitosa, saborosa desperta.

Um outro aspecto que caracteriza a metáfora seria a sua legitimação social; isto é, a aceitabilidade sociolingüística de um termo ou expressão tomada como convenção entre um grupo de falantes de uma mesma língua.

8.

(a) Políticos são todos uns **gatos**.

(b) O Brad Pitt é um **gato**.

<sup>53</sup> Ver Lakoff e Johnson, *The metaphors we live by*, 1980

<sup>64</sup> Se as pessoas falam, por ex., de “fome” em termos de “desejo” é porque é assim que elas a sentem. Não é uma forma arbitrária ou conscientemente elaborada no momento da elocução, mas devido à metáfora conceitual subjacente “desejar é ter fome de” que é natural, automática. (Lakoff e Johnson, 1980)



Neste exemplo faz-se necessário que haja um compartilhamento entre os usuários da língua e a informação veiculada ao termo “gato”. A sentença 8 (a) lembraria que gatos são animais que costumam roubar alimentos, e portanto, sabendo, por ex., dos casos de corrupção entre políticos, é facilmente possível relacionar os dois termos. Já em 8 (b) “gato” lembraria animal bonito se houver conhecimento por parte do interlocutor de quem seja “Brad Pitt”, e ainda se este for, por ele considerado belo; caso contrário, se o interlocutor não tiver conhecimento de quem seja “Brad Pitt” ou ainda se ele não o considerar um homem bonito, é possível que o termo “gato” seja relacionado a “ladrão”.

Para Halliday (1995) a metáfora consiste no uso de palavras que já possuem um significado vernáculo, mas que assumem um outro sentido em determinado contexto. Cruse (1986) também afirma que em uma metáfora há a coexistência de dois significados: o proposicional (que expressaria o sentido literal da palavra ou expressão) e o expressivo (aquele que lhe é atribuído secundariamente, mas de certa forma lembrando o significado primário).

As definições de metáfora se assemelham de certa forma com a descrição de polissemia, e há autores que para defini-las, utilizam os termos como se realmente estivessem relacionados. Bidermann (1991) no que diz respeito à polissemia entende que:

...”Um fenômeno que ocorre no interior das redes de significação do léxico geral da língua comum, em virtude da economia lingüística, com o reaproveitamento freqüente de um certo número de lexemas no processo de comunicação. A ampliação do uso de uma palavra e a **metafori-**

**zação** contínua da linguagem acarretam a freqüência de muitas unidades lexicais gerando a polissemia”.

Entende-se com Bidermann que a metáfora, portanto, gera a ambigüidade polissêmica, mas não constituem o mesmo fenômeno.

#### 4 Proposta de análise: o vocábulo “preto”

Encontra-se no dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2004) o seguinte verbete:

**Preto (ê).** [Do lat. *\*prettu*]. **Adj.** **1.** Que tem a mais sombria de todas as cores; da cor do ébano, do carvão. [Rigorosamente, no sentido físico, o preto é a ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores. V. *cor* (1)]. **2.** Diz-se de diversas coisas que apresentam cor escura, sombria; negro: *O céu ficou preto de fumaça*. **4.** Sujo, encardido. **5.** Diz-se do indivíduo negro. **6.** Diz-se da cor da pele desses indivíduos, ou da cor da pele clara queimada pelo sol, negro. **7. Tip.** Diz-se do tipo (ou fio) de traços acentuadamente mais fortes que o normal; negro, gordo. [Nessa acepção, v. meio-preto] **8. Bras. Difícil, perigoso, roxo:** *eu vi as coisas pretas*. ~V. *bode—, café—, chá—, frades—, naipes—, pão— e terra—* **9. S.m** Indivíduo negro. [Aum. Nesta acep., pretalhão] **10.** cor preta [*de cor*]. [Sin. salvo na acepç. 7] : *negro*. **Por o preto no branco.** Passar o documento escrito qualquer declaração verbal.

Para a palavra “preto”, notam-se de imediato, duas categorias gramaticais: Adjetivo

e Substantivo. No dicionário etimológico de Antonio Geraldo da Cunha (1982) e no dicionário Latino de Língua Portuguesa de Ernesto Faria (1962) verifica-se que os termos “preto” e “negro” (apresentados apenas como adjetivos), relacionam-se com os significados dispostos no verbete apresentado pelo dicionário Aurélio (2004):

**Preto** *adj.*; **negro** XIII. Do lat. *\*prettus*, por *pressus*.<sup>75</sup>

**Negro** *adj.* ‘preto, sujo, lúgubre’ XIII. Do lat. *niger, nigra, nigrum*

**Niger, nigra, nigrum** – *adj.* Sent. próprio: **Negro, preto**, escuro, sombrio, tenebroso. Sent. figurado: Sombrio, espesso, tempestuoso. Sent. moral: infeliz, de mau agouro, sombrio, negro (com idéia de morte) Enlutado, fúnebre, triste, melancólico, mau, perverso, pérfido, de alma negra.<sup>86</sup>

É possível perceber, com base nas definições dos termos oriundos do dicionário Latino e Etimológico, que as palavras “preto” e “negro” possuem uma carga semântica negativa. Consta, na literatura, que a prosódia semântica, i.e., a relação entre itens lexicais e conotação de campos semânticos pode ser positiva, negativa ou neutra. A prosódia semântica, segundo Partington (1998) é intrínseca ao item lexical, podendo revelar conotações sociais, culturais e situacionais. Acredita-se que as palavras “preto” e “negro”, possuem uma condição marcadamente negativa (mas que não necessariamente precisa ser sempre negativa). Intuitivamente,

<sup>75</sup> Dicionário Etimológico Antonio Geraldo da Cunha (1982)

<sup>86</sup> Dicionário Latino de Língua Portuguesa Ernesto Faria (1962)

percebe-se que o usuário da língua portuguesa possui esse tipo de informação armazenada como parte de seu léxico mental, i.e., há uma relação que aproxima o conceito de “preto” a um “sentido negativo” que parece estar inerente na mente do falante, independente de como esse conceito ou essa noção foi construída.

Os vocábulos “preto” e “negro” abarcam diversos sentidos dependendo do contexto em que aparecem e mantêm entre esses sentidos uma relação com seu significado básico, i.e., compartilham pelo menos um mesmo traço semântico, que, em muitos casos, é constituído negativamente. Baseados em critérios sintáticos poder-se-ia dizer que o termo “preto” revela um caso homônimo, uma vez que o mesmo assumiria as formas de adjetivo e substantivo (Biderman, 1978 ‘*homônimos sintáticos*’) como por ex: ‘*Meu carro é preto*’ (adjetivo) e ‘*Você conhece aquele preto?*’ (substantivo). No entanto, partindo da sua etimologia, verifica-se a ausência de informações sobre origens distintas que conceituam os termos “preto” e “negro”. É possível ainda verificar que nos exemplos expostos a seguir, a carga semântica negativa é mantida, remetendo, assim, a um sentido comum, ainda que expressem um sentido figurado, e, portanto, metafórico.

9.

(a) A coisa ficou preta. (Adj.; sentido; figurado, difícil)

(b) Só pode ser coisa de preto. (S.m.; sentido pejorativo, figurado, indivíduo negro)

(c) Eu estava muito mal, de repente ficou tudo preto e só sei que desmaiei. (Adj.; cor, sentido figurado)

(d) O céu ficou preto. (Adj.; cor, escuro,

de fumaça, sentido figurado, sombrio, tenebroso)

Em 9 (a) deve-se considerar que a expressão como um todo é metafórica. Esse enunciado normalmente é proferido em uma situação que acarreta dificuldade ou periculosidade para alguém, que muito pouco teria relação propriamente dita com a cor preta, mas que empresta a conotação negativa etimologicamente confirmada. Em 9 (b) toma-se o termo num sentido eminentemente pejorativo e figurado, revelando inclusive uma espécie de discriminação racial, permeado novamente pelo sentido negativo do termo. Na sentença 9 (c) observa-se uma relação metafórica entre a cor preta e o fato de se perder a consciência. Provavelmente o enunciador não quer dizer que tudo aquilo que havia ao seu redor de repente assumiu a cor negra, mas sim que no momento em que o mesmo perdeu sua lucidez, não foi possível enxergar mais nada. Do mesmo modo, é metafórica a sentença (d), uma vez que o termo “preto” não expressaria a cor propriamente dita do céu, mas talvez que ele ficou escuro, repleto de fumaça ou até mesmo apavorante, sombrio. As sentenças 10, por sua vez, configuram situações diferentes que permitiriam interpretações ambíguas:

10.

(a) Que menina estranha! Está sempre de preto... (Adj. cor. Sentido ambíguo)

(b) Ele é um frade preto. (Adj.; cor, ordem, sentido ambíguo)

É possível que para os exemplos acima, dependendo certamente do contexto em que se faz uso dos enunciados, tenha-se dois casos de expressões ambíguas. Pois em (a),

pode-se questionar, por ex., “o que há de estranho em vestir-se de preto”, ou “será que esta menina é má, ou está de luto, ou é triste?” Uma vez que o termo remete a estas e outras interpretações, supõe-se que o sentido desta sentença vai ser construído com base no que pensam intuitivamente os interlocutores. Na sentença (b) é possível pensar num frade cuja cor da pele seja preta, ou num frade cuja ordem denomina-se “frades pretos” e que usam vestes pretas. Supõe-se que as sentenças 10 expressam situações nas quais a palavra preto é tida como polisêmica, pois apesar de gerar interpretações ambíguas, observa-se que o sentido primário novamente é mantido.

Há casos, no entanto, em que o conteúdo negativo de “preto” não determina negativamente o outro termo que o ladeia.

11.

(a) Gosto muito de pão preto. (Adj. sentido figurado: cor, espécie de pão)

(b) Ela tem cabelo preto. (Adj. cor)

Não se pode afirmar que o fato da cor do cabelo de alguém ser ou não escuro (mais precisamente da cor preta) seja motivo para que o mesmo seja depreciado. Do mesmo modo, o pão preto além de possuir uma coloração escura (mas que não chega a ser preto) é assim denominado devido a uma variedade de pão feita com farinha integral (portanto mais escuro do que aquele feito somente com farinha refinada) e não porque tem qualidade inferior.

Estes são apenas alguns dos exemplos nos quais se faz uso da palavra “preto”, sabendo, pois, que deva haver uma grande variedade de aplicações deste termo que podem constituir casos distintos. Estes casos suscitam,

*a priori*, uma série de possíveis reflexões e considerações que certamente não estariam aqui esgotadas. Não seria pretensão deste trabalho asseverar nenhuma conclusão capaz de julgar que a palavra “preto” constitua pura e simplesmente um caso polissêmico, até porque esta seria uma tentativa de subestimar um assunto altamente complexo. É possível, no entanto, observar que em todos os casos aqui ilustrados, revela-se um conteúdo comum que foi resguardado nos diferentes usos do vocábulo remetendo normalmente, a uma conotação negativa. Não se pode afirmar que “triste” compartilhe o mesmo conteúdo semântico de “sombrio” ou “mau”, “perverso”, mas é possível verificar que um traço semântico que denota negatividade os une. Portanto, com base nos critérios etimológicos e de consciência lingüística (mesmo que se os considere insuficientes), propõe-se que este não seja considerado um caso de homonímia, mas sim de uma palavra polissêmica que, em certas situações, quando usada metaforicamente (portanto, passível a metaforização) seja capaz de provocar interpretações ambíguas.

## 5 Considerações finais

Pretendeu-se com esse trabalho realizar uma breve revisão teórica sobre os fenômenos da metáfora e da ambigüidade enquanto polissemia e homonímia, bem como as discussões que permeiam a incompatibilidade de critérios que as classificam. Procurou-se sugerir uma aplicação deste referencial teórico ao vocábulo “preto” e para tanto, expôs-se algumas idéias de alguns autores de forma descritiva e crítica, quando se julgou conveniente. Essa análise demonstrou que o vocábulo “preto” pode configurar diferentes situ-

ações assumindo duas diferentes classes gramaticais: substantivo e adjetivo. Observou-se que o termo “preto” normalmente mantém um sentido comum a todas as suas aplicações e que muito freqüentemente possui uma condição marcadamente negativa e que pode, inclusive, ser confirmada pela sua etimologia. Utilizou-se como critérios distintivos entre polissemia e homonímia basicamente os que se referem à consciência lingüística dos usuários e etimológicos e, portanto, sugere-se que o vocábulo “preto” seja um termo polissêmico passível a metaforização capaz de gerar ambigüidade.

## 6 Referencial bibliográfico

- BARBOSA, M.A. 1996. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo.
- BIDERMAN, M.T.C.1978. *Teoria Lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro.
- BIDARRA, Jorge. 2004. *O Léxico no Processamento da Linguagem Natural*. Tese de doutoramento. Edunioeste, Unioeste, Cascavel.
- CHERCHIA, J. 2003 *Semântica*. Unicamp, São Paulo.
- GOMES, C. P. 2003. *Tendências da Lingüística Semântica*.
- ILARI, R. & GERALDI, J.W. 2001. *A Semântica São Paulo*.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 2002, *Metáforas da vida cotidiana*. LIMA,

- P.L.C.(Org.) 2003 Profusão de sentido: estudos transdisciplinares Educ São Paulo.
- LYONS, J. *Semântica I*. 1987. Tradução de Wanda Ramos. Martins Fontes, Lisboa.
- LYONS, J. *Linguagem e Lingüística: Uma Introdução*. 1977. Tradução de Wanda Ramos, Martins Fontes, Lisboa.
- PARTINGTON, A. 1998. In: SOUZA, R.D. 2004. *A utilização de Corpora na elaboração de atividades para salas de aula eletrônicas*. PUC São Paulo.
- PERINI, M. 2004. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo.
- SILVA, A. S. da. 1989. *Homonímia e Polissemia: análise sêmica e teoria do campo léxico*. Congresso Internacional de Filologia Românica, XIX, Santiago de Compostela.
- ULLMANN, S. 1964. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J.A. Osório Mateus. Lisboa:
- ZAVAGLIA, C. (Unesp) 2003. *Ambigüidade gerada pela homonímia – Delta Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*